

concluir a construção da nossa variante EN 14 que já tem mais de cinco governos diferentes e ainda não sabemos quando vai terminar, e não favorece apenas uma empresa, mas sim toda uma região exportadora e duas cidades sem alternativa rodoviária que pugnam pela mesma há mais de 30 anos.

Dar prioridade à execução do PRR e não desperdiçar tempo, nem a oportunidade única que este pacote nos pode trazer (a Portugal).

## Nuno Terras Marques, CEO do Grupo Visabeira

### *O que deseja para o ano de 2024?*

Para o ano de 2024 em termos estritamente nacionais, seria importante o país encontrar um quadro de estabilidade política que assegurasse o regular funcionamento das instituições. Em termos internacionais, mas com implicações locais, será determinante estabelecer-se uma solução pacífica para os conflitos no Médio Oriente e na Ucrânia. Decorrerá da resolução daqueles conflitos, o alívio da pressão sobre os mercados e das elevadas taxas de juro praticadas, bem como o regresso ao controlo dos preços e a um regular fornecimento no mercado da energia.

A despeito da evolução do quadro político internacional, o Grupo Visabeira, tendo em conta o volume de contratos em carteira que excede os 4,8 mil milhões de euros, principalmente sustentados nos serviços de engenharia de redes de telecomunicações e energia na Europa e EUA, está otimista e considera que 2024 será um ano de crescimento das vendas superior a dois dígitos.



Para além da estabilidade governativa, será importante a execução oportuna do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Do ponto de vista dos fundos comunitários do Portugal 2030, as atuais regras determinam que uma grande empresa fica limitada a concursos de regime contratual com projetos a partir de 25 milhões de euros, o que manifestamente limita a participação de alguns projetos de grandes empresas.

Nuno Marques

### ***Qual deve ser a prioridade do próximo Governo?***

Para além da estabilidade governativa, será importante a execução oportuna do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Do ponto de vista dos fundos comunitários do Portugal 2030, as atuais regras determinam que uma grande empresa fica limitada a concursos de regime contratual com projetos a partir de 25 milhões de euros, o que manifestamente limita a participação de alguns projetos de grandes empresas. Desta forma, seria relevante que o próximo governo, procedesse a uma alteração na abertura dos concursos que permitisse às grandes empresas acederem ao regime geral.

### **António Portela, CEO da Bial**

#### ***O que deseja para o ano de 2024?***

O ano 2024 antecipa-se de ambiente igualmente exigente, com contextos económico e social desafiantes a nível global para pessoas e empresas. Gostaria muito que os conflitos existentes cessassem